

I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP

Significado, contributos e perspectivas para o futuro

José Moreno *

Resumo

O presente artigo analisa o significado da realização da I Reunião de Ministros das Finanças, no quadro das reuniões ministeriais sectoriais da CPLP e adianta motivos explicativos da mesma só ter ocorrido após treze anos de vida da Comunidade. Apresenta também os resultados do debate efectuado em torno de duas temáticas centrais - crise financeira internacional e arquitectura financeira internacional - bem como das reflexões realizadas em matéria de alterações climáticas e promoção do sector privado em África. Finalmente, tendo por base as deliberações tomadas pelos Ministros, identifica algumas perspectivas e desafios para o futuro, no que respeita ao papel do sector das finanças no processo de construção da CPLP.

Palavras-Chave:

CPLP, cooperação financeira, cooperação técnica em finanças públicas, Ministério das Finanças e da Administração Pública.

GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Av. Infante D. Henrique, 1C - 1º
1100 - 278 LISBOA
www.gpeari.min-financas.pt

* Subdirector Geral do GPEARI/MFAP

As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade do autor podendo não coincidir com as da instituição que representa. Todos os erros e omissões são da responsabilidade do autor.

1. Significado

Lisboa, dia 29 de Junho de 2009, Salão Nobre do Ministério das Finanças e da Administração Pública de Portugal (MFAP): os Ministros das Finanças da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) encontram-se pela primeira vez na história da Comunidade e materializam uma das mais importantes iniciativas da Presidência Portuguesa da CPLP, durante o período de Julho de 2008 a Julho de 2010.

Mas, por que motivo esta I Reunião despertou atenções e mereceu referências relevantes? É certo que o simples facto do evento ter ocorrido pela primeira vez acarretou visibilidade e interesse acrescidos. Mas outras razões concorreram para o particular significado desta Reunião.

Nas palavras do Director Geral da CPLP, Hélder Vaz Lopes, a I Reunião de Ministros das Finanças representou “um marco importante na evolução da Organização e na sua passagem da fase de concertação Político-Diplomática para uma nova fase de acção e de construção de uma realidade palpável e substantiva¹”. Esta mensagem, repetida por vários participantes, em várias ocasiões do debate, traduz, na nossa opinião, a mais-valia desta reunião ministerial no contexto do processo de construção da CPLP.

Com efeito, são conhecidas declarações recorrentes efectuadas por agentes da vida política, económica, académica e cultural, criticando o excessivo abstraccionismo da CPLP e o seu alheamento das aspirações e dos interesses concretos dos cidadãos da

¹ In: Notícias CPLP, n.º4, Setembro de 2009.

Comunidade ou das batalhas do desenvolvimento dos países que a compõem, designadamente dos menos avançados. Ora, a nosso ver, a realização da I Reunião de Ministros das Finanças veio contribuir para que novos caminhos sejam trilhados na actividade da Comunidade; veio responder àquilo que o Director Geral da CPLP chama de “novo desafio para tornar a CPLP mais concreta”².

A Reunião de Ministros das Finanças, enquanto fórum de partilha, de concertação e de solidariedade, à medida que se for consolidando enquanto reunião ministerial da CPLP, irá inevitavelmente conduzir ao aprofundamento da cooperação económica e financeira entre os Estados-membros, a qual, por sua vez, contribuirá para reforçar a componente política da Organização. Fazendo fé nesta proposição, temos então que os objectivos político-diplomáticos da Comunidade serão tanto mais consistentemente prosseguidos quanto mais radicados estiverem nos domínios financeiro, económico e empresarial. Sem risco de exagerarmos, podemos dizer que a construção da plataforma económico-financeira da CPLP é condição da própria sobrevivência da CPLP enquanto *corpus* político.

O reconhecimento deste facto e desta circunstância histórica³ teve implicações no programa de actividades da Presidência Portuguesa da CPLP durante o biénio 2008-2010. Este programa registou, como nunca, uma forte presença de temáticas e iniciativas relacionadas com as áreas económica, financeira e empresarial.

Por exemplo, a Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, de 2009, centrou os debates no tema “A solidariedade na CPLP no Contexto da Crise Económica e Financeira Internacional: Perspectivas Regionais” e decidiu convocar uma Reunião de Altos Funcionários sobre facilitação do comércio. O Conselho Empresarial da CPLP⁴ optou por converter-se numa Confederação com o objectivo de alargar a representatividade dos actores empresariais dos diversos Estados-membros e adoptou medidas para incrementar o comércio, o investimento e as parcerias no interior da Comunidade.

² Idem

³ A este propósito cfr. declarações do Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, no artigo “*As Alfândegas no contexto da CPLP*”, Revista Alfândega, nº 66, Dezembro de 2008

⁴ Associação sem fins lucrativos fundada por associações empresariais dos 8 Estados-membros, que visa promover o comércio e o investimento entre os países da CPLP e os países das regiões económicas onde cada um deles se insere.

Cerca de 1000 empresas e empresários lusófonos oriundos de 23 países juntaram-se no V Encontro Empresarial de Negócios em Língua Portuguesa, em Setembro de 2009, em Fortaleza, no Brasil. Temas como oportunidades de negócio e investimentos, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável ou estratégias financeiras integradas no âmbito de programas nacionais de investimento na Gestão Sustentável das Terras foram igualmente objecto de análise em simpósios, conferências e outras iniciativas.

Ao nível das finanças, os progressos foram assinaláveis. A par da I Reunião de Ministros, ocorreram também pela primeira vez encontros de Directores Gerais dos Impostos da CPLP (que debateram experiências em matéria de IVA) e de Inspectores do Estado e das Finanças da CPLP (que partilharam estratégias no âmbito do controlo financeiro e dos sistemas nacionais de controlo interno). Espera-se, aliás, que estes encontros de Directores Gerais prossigam, nas respectivas áreas sectoriais, a paradigmática experiência comunitária das Alfândegas. Com efeito, a Conferência de Directores Gerais das Alfândegas da CPLP teve a sua 24ª edição em 2009 e aprovou o terceiro programa quadrienal de cooperação aduaneira (PICAT III). Este programa irá dar continuidade ao funcionamento de Grupos de Trabalho de inegável interesse em matéria de concertação aduaneira na CPLP, como são os casos da Convenção de Quioto e do Sistema Harmonizado.

Obviamente que o Ministério das Finanças e da Administração Pública de Portugal (MFAP) desempenhou um papel motor em todas estas iniciativas, sendo fundamental que esta nova dinâmica comunitária das finanças não signifique entusiasmo de ocasião e tenha uma continuidade sustentada no futuro.

As finanças não podem dissociar-se da realidade histórica da CPLP e da dimensão das respectivas economias e mercados.

Como revela o Quadro 1, o peso do PIB do conjunto dos países da CPLP somava, em 2008, mais de 3% do PIB mundial. O PIB do grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) representava 7,6% no continente africano e quase 10% da riqueza criada na África sub-saariana.

Quadro 1 – Valores do PIB dos países da CPLP, a preços correntes, em 2008.

Países	PIB	USD milhões	
		Regiões	PIB
Angola	84.945	PALOP	97.222
Brasil	1.572.839	CPLP	1.915.200
Cabo Verde	1.744		
Guiné-bissau	461	África	1.282.373
Moçambique	9.897	África Sub-saariana	992.981
Portugal	244.640		
São Tomé	175		
Timor-leste	499	Mundo	60.917.477

Fonte : FMI

A tendência é para o peso da CPLP se acentuar ainda mais, se considerarmos as potencialidades de economias emergentes, como a do Brasil, ou as dinâmicas de crescimento de Angola. A economia deste país, como é sabido, registava, antes da crise, valores de crescimento dos mais elevados a nível mundial (taxa média de 17,5%, entre 2005 e 2008). Aliás, Brasil e Angola assumem-se desde já como actores incontornáveis para o futuro da CPLP e da lusofonia.

Por outro lado, é interessante verificar o poder de atracção que a CPLP tem vindo a exercer noutros países extra-comunitários. Desde que o Conselho de Ministros da Comunidade, reunido em Luanda, em 2005, decidiu estabelecer as categorias de Observador Associado, este estatuto foi já atribuído a três países – Guiné Equatorial, Ilha Maurícia e Senegal.

Obviamente que os Ministros das Finanças (e respectivos Ministérios) dos países da CPLP não poderão deixar de ser protagonistas deste processo histórico de construção de um espaço político, económico e cultural em crescente afirmação, onde vivem 250 milhões de pessoas partilhando a quinta língua mais falada no mundo.

2. Porquê só agora?

Muitos se questionam por que razão os Ministros das Finanças, no âmbito da CPLP, só agora entraram em cena. Com efeito, ao longo destes treze anos de vida da Organização tiveram lugar mais de quinze diferentes reuniões ministeriais sectoriais e algumas delas já se realizaram seis ou mais vezes, como são os casos da

Educação, Cultura, Trabalho, Desporto, Defesa e Justiça⁵.

Várias interpretações são possíveis para a compreensão deste aparente atraso por parte das finanças.

Uma das explicações acentua o facto de somente nestes últimos anos terem sido fechados dossiês bilaterais de elevada sensibilidade política, que exerciam um efeito perturbador no relacionamento de Portugal com vários PALOP. São os casos da alienação de parte do capital social da barragem de Cabora Bassa, das reestruturações da dívida oficial e da dívida privada de Angola, ou das reestruturações das dívidas oficiais de Moçambique e de São Tomé e Príncipe.

Outras interpretações sublinham a alavancagem desempenhada pelo reforço da cooperação financeira e da cooperação e assistência técnica em finanças públicas.

Com efeito, durante o período de vigência do XVII Governo Constitucional, foram assinados acordos bilaterais com Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, que mais do que quintuplicaram o volume de empréstimos e linhas de crédito concessional e comercial (garantidas pelo Estado) concedido por Portugal a esses países. (Cfr. Quadro 2) Estas linhas destinam-se fundamentalmente ao financiamento de projectos de investimento em infra-estruturas previstos nos Programas Nacionais de Desenvolvimento ou nas Estratégias Nacionais de Redução da Pobreza dos referidos países. Os projectos abrangem domínios diversificados como a energia, transportes, comunicações, educação, saúde, formação de capital humano, tecnologias da informação e educação científica e tecnológica e a sua execução é realizada por empresas portuguesas, por vezes em parceria com empresas do país beneficiário.

⁵ Algumas destas reuniões sectoriais, como por exemplo a Defesa e Justiça, já ocorreram por onze vezes.

Quadro 2 – Linhas de crédito concessionais e comerciais (garantidas pelo Estado) acordadas entre Portugal e países da CPLP, a partir de 2005.

Países	EUR Milhões	
	Concessionais	Comerciais
Angola	100	1000
Cabo Verde	600	-
Moçambique	200	300
S. Tomé e Prínc	50	-
Timor Leste	100	-
Total	1.050	1.300

Fonte: GPEARI/MFAP

O apoio financeiro (empréstimos directos Estado a Estado ou bonificações de linhas de crédito bancárias) concedido por Portugal a alguns países da CPLP, como são os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, significa um apoio crucial para a materialização de uma parte substancial do plano de investimentos em infra-estruturas desses países.

Nestes últimos três anos, foram igualmente assinados Memorandos de Entendimento entre o MFAP e os Ministérios das Finanças de todos os PALOP sobre cooperação técnica em finanças públicas, os quais foram depois operacionalizados através de Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin). Estes programas visam fundamentalmente capacitar serviços e técnicos dos Ministérios das Finanças beneficiários, através da transferência de conhecimentos técnicos adequados à prossecução, com mais eficiência e eficácia, das respectivas missões e atribuições. A experiência dos dois primeiros anos de implementação destes programas impulsionou para patamares totalmente novos a cooperação técnica em finanças públicas com os PALOP, esperando-se que o mesmo venha a acontecer brevemente com Timor Leste.

Outra explicação - que funcionará como pano de fundo de todas as outras - é a que acentua o aprofundamento do relacionamento económico e financeiro entre os países da CPLP.

Com efeito, nestes últimos anos, as trocas comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste registam subidas sistemáticas, quer nas exportações quer nas importações. (Cfr. Quadro 3).

Quadro 3. Evolução do peso do comércio com os PALOP e Timor Leste no comércio português (%)

Anos	Importação	Exportação
2004	0.09	3.06
2005	0.14	3.42
2006	0.18	4.41
2007	0.73	5.48
2008	0.76	7.07

Fonte: Banco de Portugal.

No que respeita ao Brasil, o Quadro 4 evidencia trocas comerciais expressivas com Angola, Portugal e Cabo Verde. É de realçar, por exemplo, o facto de em 2008, as exportações do Brasil para Cabo Verde significarem cerca de 6% nas importações totais daquele país, ocupando a 4ª posição na lista dos maiores fornecedores (Portugal detém a 1ª posição, com cerca de 47%)⁶.

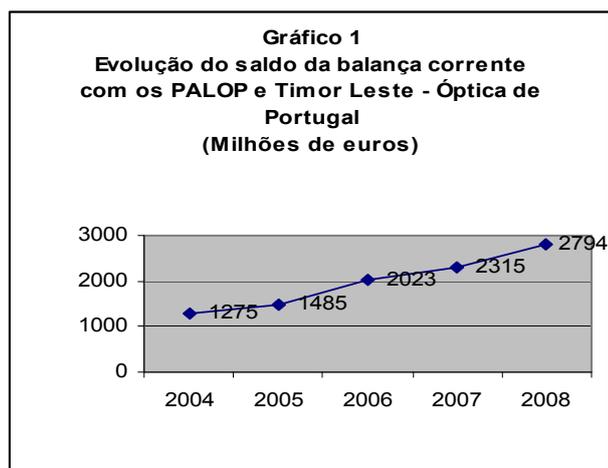
Quadro 4 – Comércio do Brasil com a CPLP, em 2008

Países	USD Milhares	
	Imp.	Exp.
Angola	2.236.427	1.974.576
Cabo Verde	44	39.623
Guiné-bissau	0	8.428
Moçambique	2	32.387
S Tomé e Príncipe	8	1.205
Timor-Leste	19	225
Portugal	598.703	1.706.800
Total CPLP	2.835.203	3.763.244
Total Geral	172.981.535	197.942.443
Peso da CPLP	1,64	1,90

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil

O saldo agregado das balanças correntes bilaterais (mercadorias, serviços, rendimentos e transferências correntes) de Portugal com os PALOP e Timor Leste tem registado igualmente uma trajectória crescente sistemática nestes últimos anos, com duplicação de valores entre 2004 e 2008. (Cfr. Gráfico 1).

⁶ Fonte: Direcção Geral das Alfândegas de Cabo Verde.



Fonte: Banco de Portugal.

Segundo dados do Banco de Portugal, verifica-se igualmente uma tendência ascendente no que respeita ao investimento directo de Portugal nos PALOP e Timor Leste, atingindo EUR 628.8 milhões em 2008, isto é, cerca de 6,2% do total do ID de Portugal no exterior, naquele ano. Ainda em matéria de ID, notícias recentes dão nota de crescente envolvimento angolano na Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe⁷.

Em síntese, a resolução de dossiês bilaterais sensíveis e o incremento espectacular da cooperação financeira e da cooperação técnica em finanças públicas, associados ao aprofundamento das relações económicas entre os países da Comunidade e a um contexto internacional marcado por uma crise financeira global, determinaram um enquadramento favorável à realização de um primeiro encontro entre os Ministros das Finanças. Em boa-hora o Ministro de Estado e das Finanças de Portugal, Fernando Teixeira dos Santos, captou esse momento e decidiu convocar os seus homólogos da CPLP.

3. A crise económica e financeira e a arquitectura financeira internacional no centro dos debates

Os Ministros das Finanças da CPLP decidiram discutir duas temáticas principais no seu primeiro encontro: (i) A crise financeira e os seus efeitos na economia dos países da CPLP e (ii) Os países da CPLP no contexto da nova arquitectura financeira internacional. De modo mais informal, os Ministros tiveram ainda ocasião para

⁷ Observatório de África, nº 17, Março-Abril de 2009

debater um importante assunto da actualidade - Alterações climáticas e finanças públicas -, e trocar impressões sobre as Perspectivas de desenvolvimento do sector privado em África e o papel nesse âmbito da Sociedade Financeira Internacional.

A crise financeira, os seus impactos nas economias de cada país e as políticas anticíclicas adoptadas foram questões que, sem dúvida, suscitaram o mais vivo debate entre os Ministros.

As conclusões desse debate ficaram plasmadas em sete pontos na Declaração Final que, de forma sintética, enfatizam o seguinte: (1) a crise e suas consequências afectam todos os países da Comunidade; (2) as respostas à crise devem assentar em medidas globais e coordenadas; (3) a Comunidade Internacional deve adoptar políticas orçamentais e monetárias anti-cíclicas tendo em vista apoiar os países em desenvolvimento mais vulneráveis; (4) a confiança no sistema financeiro internacional deve ser reforçada de modo a restabelecer os fluxos de Investimento Directo; (5) as medidas de mitigação da crise devem visar não só o crescimento económico mas também os efeitos sociais; (6) as políticas macroeconómicas de combate à crise devem preservar a estabilidade macroeconómica e a prossecução dos objectivos de redução da pobreza; (7) um mecanismo de troca de informação para acompanhamento do impacto da crise nos diferentes países deverá ser instituído ao nível da CPLP.

No referente à temática da reforma do sistema financeiro internacional, a reflexão permitiu estabelecer uma visão sobre o que os países da CPLP esperam dela. Esta visão ficou expressa em nove pontos da Declaração Final nos quais os Ministros (1) apelam à disponibilização efectiva, flexível e rápida de recursos para ajudar os países menos avançados (PMA) a fazer face aos efeitos da crise; (2) apoiam o reforço da regulação e supervisão financeiras, bem como a promoção da cooperação internacional nestes domínios, em particular entre os países da CPLP; (3) apoiam a adopção de medidas de promoção do comércio internacional, evitando acções proteccionistas neste âmbito; (4) incentivam o debate internacional sobre gestão eficiente e coordenada de questões globais, tais como segurança alimentar e energética e alterações climáticas; (5) reconhecem a necessidade de melhorar a qualidade e transparência da gestão das finanças públicas, por via da utilização eficiente dos recursos

disponíveis e do aumento da eficácia e eficiência dos sistemas fiscais; (6) apelam à mobilização de recursos adicionais de ajuda aos países em desenvolvimento, em particular aos PMA; (7) apelam à rápida conclusão das reformas na governação do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento (sublinhando a necessidade de reforçar a voz e a participação dos países em desenvolvimento e das economias emergentes) e reconhecem a necessidade das referidas instituições serem dotadas dos recursos e instrumentos adequados ao cumprimento dos seus mandatos; (8) manifestam o seu apoio ao FMI no que respeita à ratificação do processo de reformas aprovado em 2008 e à conclusão do processo de revisão de quotas até Janeiro de 2011; finalmente, (9) comprometem-se a partilhar toda a informação relevante em matéria de reforma do sistema financeiro internacional e a promover os interesses dos países da CPLP nesse âmbito.

A troca de impressões efectuada em matéria de alterações climáticas permitiu aos Ministros reflectir sobre o impacto das mesmas nos respectivos países e chamar a atenção da comunidade internacional para a importância de se integrar nos debates em curso as questões-chave da redução das emissões, da adaptação às alterações, da transferência de tecnologias limpas e do financiamento. Os Ministros sublinharam ainda a necessidade de desenvolver mecanismos de apoio à gestão sustentada dos solos, das florestas, da biodiversidade e do combate às catástrofes naturais, bem como de apoiar a capacitação institucional dos países em desenvolvimento ao nível do risco climático e da adaptação às alterações climáticas. Também nestas matérias os Ministros decidiram desenvolver mecanismos de troca de informação e experiências, designadamente relativas à integração da componente da gestão do risco climático nas respectivas estratégias nacionais de redução da pobreza.

A troca de impressões dos Ministros sobre perspectivas de desenvolvimento do sector privado ocorreu na sequência de uma apresentação efectuada pelo Senhor Thierry Tanoh, Vice-Presidente da Sociedade Financeira Internacional (SFI)⁸ para a Europa Ocidental e África Subsaariana. A discussão franca e proveitosa possibilitada por esta apresentação permitiu aos Ministros reafirmarem o papel do sector privado na

⁸ Instituição do Grupo do Banco Mundial cujo propósito principal é apoiar o desenvolvimento do sector privado, em particular nos países mais pobres.

criação de emprego e na redução da pobreza dos países em desenvolvimento e clarificarem o papel dos Governos nacionais na criação de um ambiente favorável para as empresas e os empreendedores. O encontro com o Senhor Tanoh constituiu ainda uma excelente ocasião para os Ministros conhecerem a natureza e as metodologias de apoios ao investimento e assistência técnica que a SFI pode facultar, com enfoque nos países lusófonos.

Em síntese, a I Reunião dos Ministros das Finanças da CPLP permitiu a cada país recolher sugestões e recomendações visando apoiar a adopção de políticas económicas e financeiras de combate à crise, bem como a participação, enquanto membros da comunidade global, no trabalho de redefinição das linhas de governação das instituições financeiras internacionais. A Reunião permitiu também que os países partilhassem informações sobre desenvolvimentos internacionais recentes no dossiê das alterações climáticas, em particular nas sensíveis matérias do financiamento. Finalmente a reunião proporcionou aos Ministros informação detalhada sobre a experiência e instrumentos disponibilizados pela Sociedade Financeira Internacional na promoção do sector privado em África, e nos países lusófonos em particular.

Como referiu o Ministro de Estado e das Finanças português na intervenção de encerramento da Reunião, “a CPLP tem uma oportunidade histórica” de contribuir para marcar as agendas internacionais em todos estes processos, “se soubermos aproveitar a influência dos nossos países nos diferentes organismos internacionais em que participam: Portugal na zona euro; o Brasil no G20; os PALOP no continente africano”.

4. Perspectivas para o futuro

A I Reunião de Ministros das Finanças aprovou um Regimento Interno onde são estabelecidas as finalidades a prosseguir com estas reuniões. Entre essas finalidades destacam-se o debate dos desenvolvimentos da situação económica no mundo e nos países da Comunidade, a promoção da concertação política entre os Estados membros, em matéria de finanças, bem como a concertação de posições junto das instituições financeiras internacionais. As reuniões constituirão igualmente uma importante ocasião para estimular a cooperação financeira e a cooperação técnica em finanças

públicas e para trocar experiências sobre processos de reforma em finanças públicas e sistemas financeiros.

Para responder a estes desafios os Ministros acordaram encontrar-se com uma periodicidade bienal, ficando desde já agendada a II Reunião para Luanda, em 2011. Decidiram igualmente criar duas estruturas de apoio à Reunião Ministerial – a Reunião Técnica e o Secretariado Técnico Permanente (STP) – as quais ficaram incumbidas de preparar a Reunião de Ministros e garantir o seguimento das suas deliberações. A Reunião Técnica é constituída pelos pontos focais designados pelos Ministérios das Finanças de cada Estado membro, prevendo-se a sua convocação pelo menos uma vez por ano. O STP é constituído por 3 elementos, em representação (i) do Estado membro que detém a Presidência da Reunião de Ministros, (ii) do Estado membro que irá assumir a Presidência no ciclo subsequente e (iii) do Secretariado Executivo da CPLP.

A consolidação e reforço das dinâmicas criadas pela I Reunião dependerão, obviamente e em primeiro lugar, da vontade política e da determinação dos Ministros das Finanças em dar continuidade a este processo. Mas temos por certo que não há visão e decisão políticas acertadas e oportunas que não estejam sustentadas em trabalho técnico de qualidade. É por isso que consideramos que o futuro das Reuniões de Ministros das Finanças dependerá decisivamente do trabalho que a Reunião Técnica e o Secretariado Técnico Permanente conseguirem desenvolver nestes anos imediatos. Sobre estas duas estruturas recai a responsabilidade histórica de garantir que o sucesso da I Reunião de Ministros não foi em vão, antes significará o início de um percurso que conduzirá à afirmação plena da área das finanças como um pilar da construção da CPLP.

Se quisermos ser pró-activos, perspectivas de trabalho não faltam. Em primeiro lugar há que designar os representantes do Secretariado Técnico Permanente e dar início à sua actividade, metendo mãos à obra na concretização das deliberações tomadas pelos Ministros.

Entre estas deliberações salientamos a criação de um ou mais mecanismos de troca de informação e de experiências, com o objectivo de:

- acompanhar o impacto da crise nos diferentes países da CPLP;
- promover a cooperação em matéria de transparência e estabilidade dos mercados financeiros;

- promover os interesses dos países da Comunidade nos processos de reforma em curso nas estruturas de governação no Banco Mundial e no Banco Africano de Desenvolvimento;
- assegurar a utilização do português como língua de trabalho nas organizações internacionais onde a representação é assegurada pelos Ministérios das Finanças;
- integrar a componente da gestão do risco climático nos planos nacionais de desenvolvimento.

Por outro lado, haverá que recolher informação junto dos Comités de Coordenação Nacionais do Programa de Cooperação Técnica CPLP/FAO, com vista a dar continuidade aos processos de elaboração das Estratégias Financeiras Integradas Nacionais, no âmbito da implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

Outra importante frente de actividade será a monitorização da implementação do apelo dos Ministros ao lançamento de iniciativas de cooperação multi e bi-multi - Fundos de Cooperação Técnica, co-financiamentos ou assistências técnicas - envolvendo as instituições financeiras internacionais (IFI) que operam nos países da CPLP.

Finalmente o STP terá de dar resposta imediata a duas tarefas concretas indicadas pelos Ministros:

- elaboração de uma proposta final sobre a eventual criação de um Selo Cultural da CPLP prevendo, através de um regime de importação temporária, a facilitação da circulação de bens culturais produzidos por cidadãos da Comunidade; e,
- criação de um portal especialmente dedicado às finanças públicas, articulado com o sítio da Internet do Secretariado Executivo da CPLP.

Paralelamente o STP deverá acompanhar (e apoiar!) as Reuniões dos Directores Gerais das Alfândegas e dos Impostos, bem como dos Inspectores Gerais de Finanças e do Estado, tendo em vista a sua plena consolidação no futuro.

O programa é vasto, complexo e exigente. Pela frente temos o grande desafio de reforçar e dinamizar as interacções entre os elementos de uma vasta rede constituída por pessoas e serviços públicos de oito países, com as suas especificidades, estádios e idiossincrasias

próprias. Confiamos que o GPEARI, enquanto serviço coordenador da acção externa do MFAP, em estreita articulação com o Secretariado Executivo da CPLP,

saberá estar à altura das suas enormes responsabilidades.

Referências

Alfândega, Revista Aduaneira, nº66, Dezembro de 2008.

- Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste, 2008-2009, Banco de Portugal, Departamento de Relações Internacionais.

- <http://www.cplp.org>

- <http://www.elo-online.org>

- <http://www.gpearl.min-financas.pt>

- <http://www.imf.org/external/pubs>

- Notícias CPLP, Dossiê Especial, Setembro 2009, nº 4, In: Jornal Expresso, nº 1923.

- Observatório de África, Boletim da Fundação Portugal-África, nº 17, Março-Abril de 2009.